

EMERSON ALVES RIBEIRO

Data da Defesa: 28/02/2012

Banca Examinadora

Hélio Mário de Araújo (Orientador)

Silvana Moreira Neves

José Wellington Carvalho Vilar

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM DA PRAIA DA CAUEIRA NO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA D'AJUDA - SERGIPE

O litoral brasileiro passou a ser valorizado e transformado como paisagem de consumo a partir da combinação de fatores socioeconômicos ocorridos principalmente no pós-guerra. A apropriação da zona costeira de forma não planejada, transformou-se no principal fator responsável pelo desmonte das estruturas morfológicas importantes na manutenção e proteção dos ambientes costeiros. A presente dissertação teve como principal objetivo analisar as transformações da paisagem do litoral de Itaporanga D'Ajuda a partir da ocupação e entre os anos de 1965 a 2004, além de verificar as mudanças ocorridas na praia da Caueira através do monitoramento da morfodinâmica do sistema praial e da linha de costa realizado entre os meses de janeiro de 2010 e 2011. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa contaram com o levantamento bibliográfico e documentos cartográficos, atividade de gabinete e levantamento de dados em campo. A partir do conhecimento sobre o comportamento do sistema praial e das intervenções humanas, bem como, dos condicionantes geoambientais e do mapeamento dos processos de uso e ocupação do solo na zona costeira do referido município, constatou-se inúmeras alterações resultantes da combinação de fenômenos naturais e/ou das interferências antrópicas que contribuíram para a caracterização da paisagem ao longo de cinco décadas. O cruzamento dessas informações permitiu conhecer os pontos mais susceptíveis a erosão e a frequência com que estes fenômenos ocorrem. O modelo de ocupação utilizado na zona costeira ratificou a degradação ambiental evidenciada ao longo de meio

século. Diante dos resultados obtidos concluiu-se que a zona costeira e o litoral de Itaporanga D'Ajuda, estão vulneráveis ao mau uso e aos propósitos da exploração e especulação imobiliária.

Palavras-chave: Paisagem, Sistema Praial, erosão costeira, uso do solo.

ELINE ALMEIDA SANTOS

Data da Defesa: 10/04/2012

Banca Examinadora

Rosemeri Melo e Souza (Orientadora)

Vanice Santiago Fragoso Selva

Maria Augusta Mundim Vargas

**(RE)PRODUÇÃO SOCIAL E DINÂMICA AMBIENTAL NO ESPAÇO DA PESCA:
RECONSTRUINDO A TERRITORIALIDADE DAS MARISQUEIRAS EM TAIÇOCA DE
FORA – NOSSA SENHORA DO SOCORRO**

A pesca é uma atividade desenvolvida há muito tempo, principalmente, por comunidades ribeirinhas e costeiras. A atividade pesqueira é considerada masculina, devido exigência da força física no manuseio dos instrumentos e imprevisibilidade no que se refere à segurança do pescador. No que tange as mulheres, estas ficaram responsáveis por muito tempo pelos serviços domésticos e a extração de mariscos nas proximidades de suas residências. Porém, as mulheres começaram a participar cada vez mais do setor e passaram a lutar por seu reconhecimento perante a comunidade como pescadoras, fato concretizado a partir do seu registro nas colônias e associações de pesca. Nesta perspectiva, a pesquisa teve como objetivo principal analisar a (re) produção social e a dinâmica ambiental do espaço da pesca sob a ótica do trabalho feminino, tendo como foco a territorialidade reconstruída no cotidiano das atividades das marisqueiras da Taiçoca de Fora/SE. Destarte, a relevância da temática está calcada na possibilidade de tornar em evidência grupos e fenômenos que por muito tempo foram negados nas discussões acadêmicas e político-sociais. No método fenomenológico, o espaço geográfico é analisado enquanto espaço das experiências vividas, como fenômeno por homens que nele vive. Com base nos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa contemplou as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico e documental e b) pesquisa

de campo, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, registro fotográfico, observação participante e a aplicação de entrevista em profundidade. O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, encontra-se a sistematização do projeto de pesquisa. O capítulo dois traz aspectos a respeito da comunidade evidenciando o uso e manejo do ambiente pelos pescadores da localidade e o conhecimento tradicional como um instrumento de manutenção da atividade. O capítulo três explana a compreensão da participação da mulher no setor pesqueiro. O capítulo quatro retrata as territorialidades das marisqueiras a partir da análise da suas vivências na terra e na água. Por fim, tem as principais considerações a respeito do trabalho feminino na pesca, buscando responder as questões norteadoras da pesquisa. Portanto, os desafios das mulheres na atividade pesqueira não são poucos, pois ainda são revestidos de preconceitos e pelo pouco espaço oriundo da produção científica. É preciso desconstruir e evidenciar onde estão estas mulheres pescadoras e marisqueiras que fazem de seu trabalho verdadeiras lições de vida.

Palavras-chave: Reprodução social; Dinâmica ambiental; Gênero e Pesca; Territorialidade; Marisqueiras.

MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA

Data da Defesa: 16/04/2012

Banca Examinadora:

Rosemeri Melo e Souza (Orientadora)

Silvana Moreira Neves

Maria Inês Oliveira Araújo

Hélio Mário de Araújo

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO: UMA ANÁLISE DO POTENCIAL FITOGEOGRÁFICO DAS UC'S DE USO SUSTENTÁVEL EM SERGIPE

As Unidades de Conservação (UCs), fazem parte das Áreas Protegidas (APs), são consideradas como mecanismos de gestão ambiental. No Brasil, a Lei 9985/2000, que dispõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implementação



e gestão das UCs, dividindo-as em UCs de Proteção Integral, onde é permitido o uso indireto dos recursos naturais, e de Uso Sustentável ou de uso direto. Todavia, sua criação, gestão e implementação têm sido permeadas por conflitos territoriais envolvendo atores sociais e interesses diversos pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais, o que tem implicado na perda da biosociodiversidade. Essa tese tem como recorte empírico as UCs de Uso Sustentável de Sergipe, e como objetivo analisar as potencialidades e a importância fitogeográfica no Estado de Sergipe partindo das UCs de Uso Sustentável. O desenvolvimento da tese foi delineado a partir dos procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico e documental; b) pesquisa de campo, mediante o levantamento de dados secundários e primários, a partir de entrevistas semi-estruturadas: gestora da Superintendência de Biodiversidade e Florestas (SBF), vinculada SEMARH; Analista Ambiental da Flonai (ICMBio); coordenadores e técnicos das APAs do Morro do Urubu e do Litoral Sul (SEMARH); técnico do IBAMA; responsável pelo gerenciamento do Parque da Cidade na APA do Morro do Urubu (EMDAGRO); comandante do Pelotão Ambiental da Polícia Militar de Sergipe; diálogos informais com vários atores sociais; e, observações sistemáticas nos territórios pesquisados; c) elaboração dos mosaicos e das métricas da paisagem a partir da teledetecção, com o uso de ortofotocartas/2003 na escala de 1:10.000 e 1:2000, cujas imagens foram tratadas no software ArcGis 9.3 e da ferramenta Patch Analyst para os cálculos da métricas da paisagem; d) ordenamento e tabulação dos dados obtidos; e, e) análise e interpretação das informações. As UCs pesquisadas são dotadas de potencial fitogeográfico, representado por enclaves de floresta ombrófila densa, vegetação de mangue, vegetação secundária, de restinga, de dunas e campos de várzeas. Esse potencial vem sendo afetado pelos diversos usos atribuídos aos territórios pesquisados (cultivos, pastagem, aquicultura, indústrias, extração de minérios) além da atividade turística que vem crescendo no litoral sul. Esses usos sem planejamento têm gerado conflitos territoriais, resultando na exclusão e/ou espoliação das comunidades tradicionais e pequenos produtores locais implicando em perdas para a biosociodiversidade. Apesar do potencial existente, as métricas da paisagem evidenciaram que parcela significativa dos fragmentos estão envolvidos pelo efeito de borda, cujas médias da Área Core mostraram que apenas 43,17% da área dos fragmentos florestais da APA do Litoral Sul, e 52,35% da Flonai e entorno estão menos propícias aos efeitos de bordas (relação interior-margem da mancha). As Médias dos Índices de Forma (MSI) indicaram que os fragmentos possuem formas irregulares 1,59 e 1,45 respectivamente, onde o formato se afasta do padrão circular. O Índice de Proximidade identificou elevadas distâncias entre os fragmentos, caracterizando o isolamento de várias manchas. Esses índices são

resultados dos usos atribuídos ao território e de falhas na gestão das UCs via órgãos ambientais, pois mesmo criadas na década de 1990, ainda não dispõe de mecanismos de gestão ambiental capazes de coibir as ações danosas, comuns nos territórios da conservação, contradizendo os preceitos estabelecidos pela política de conservação ambiental. A manutenção dos atributos biofísicos, depende da criação e implementação desses mecanismos de gestão ambiental, atrelada a ações que visem à conectividade dos remanescentes florestais, os quais podem vir a fazer parte de futuros corredores ecológicos de mata atlântica. Os planos de manejo devem incluir os anseios das comunidades tradicionais que dependem desses recursos, tornando-se importante estabelecer parcerias entre os proprietários de terras visando o acesso aos recursos naturais (restingas, manguezais) pelas comunidades tradicionais. Assim, propostas que incentivem o uso da “floresta em pé” através das atividades não-madeireiras devem ser priorizadas. A política de conservação deve contemplar a gestão do território de forma integrada, evitando o uso predatório dos recursos naturais, com o intuito de reduzir e/ou evitar a perda da biosociodiversidade, pois envolve a defesa de interesses e das condições de vida dos sujeitos que dependem direta e/ou indiretamente da proteção de tais recursos, seja para uso presente ou para usos futuros. Desse modo, é primordial que o órgão gestor conheça a realidade in locu das UCs buscando caminhos alternativos na perspectiva de superar os desafios encontrados na gestão ambiental desses territórios, para que de fato possa contribuir efetivamente para a elaboração das políticas públicas inclusivas a luz da biosociodiversidade para que as UCs cumpram com as finalidades pelas quais foram criadas.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, potencial fitogeográfico, conflitos territoriais, gestão ambiental, ecologia da paisagem.

EDVALDO OLIVEIRA

Data da Defesa: 15/05/2012

Banca Examinadora

José Eloízio da Costa (Orientador)

Maurício Santana Moreau

Valdemiro Conceição Junior

Edson Diogo Tavares

Vera Lúcia Alves França



EXPANSÃO DA EUCALIPTOCULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA- SINGULARIDADES NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA MONOCULTURA

O problema agrário tem sido palco das discussões no campo brasileiro nas últimas décadas com diferentes nuances. A cultura do eucalipto é parte desse processo em todo mundo, com o que se convencionou chamar de “florestas plantadas”. O Brasil, sétimo país em monocultivos para a produção de madeira (FAO, 2010) e o primeiro em produção de eucalipto, (GTU, 2012) adotou o modelo dos grandes projetos, envolvendo grandes empresas do setor de papel e celulose e siderúrgicas guseiras, resultando em conflitos. Na Bahia, a chegada da eucaliptocultura na década de 1970 marca a ocupação dos territórios do nordeste e sul, resultando no adensamento dos plantios e na concentração fundiária. No Planalto da Conquista, o eucalipto chega em meados da década de 1990, numa estrutura agrária de pequenas e médias propriedades, com ênfase na agricultura familiar. O objetivo da tese é o de comprovar, a partir da comparação com o sul do Estado, a forma diferenciada de implantação da eucaliptocultura no Planalto da Conquista, com ênfase na estrutura fundiária, nas políticas governamentais, na ação do capital privado. Parte-se então da premissa de que, sem um grande projeto apoiada na grande empresa, o avanço da eucaliptocultura não afetou profundamente a estrutura fundiária regional uma vez que foi efetivado pelo proprietário local, pela via do fomento florestal e investimentos pessoais. O recorte teórico levou em conta a produção desigual do espaço, como linha norteadora, com ênfase no processo de igualização da paisagem pelo capital como provocador da desigualdade, ratificando que diferentes formas de aplicação do capital refletem diferentes formas de produção do espaço. Reafirma a geografia como ciência capaz de dar repostas às questões oriundas desse mecanismo, particularmente a geografia da agricultura, na definição de territorialidades/desterritorialidades, na geração de assimetrias espaciais e na dicotomia agricultura patronal/familiar. O recorte espacial envolveu os doze municípios do Planalto da Conquista, e vinte e três do sul do estado, dos quais apenas seis fazem parte, efetivamente, do recorte empírico, por evidenciar maiores percentuais de ocupação de eucalipto. A partir do método comparativo delineou-se o percurso metodológico apoiado em: a) levantamento documental junto às associações fomentadoras da eucaliptocultura; b) aplicação de questionário semi estruturado com os eucaliptocultores. Os dados primários resultaram da interpretação de imagens de satélite para mapeamento dos plantios apoiado pelos levantamentos topográficos das áreas produtoras, utilizando os softwares Envi 8.0, AutoCadMap e MapWiewer 7.6. A base de dados executada com dados dos

relatórios obtidos do SIG e dos relatórios da ASIFLOR. Dados fundiários foram obtidos junto à Cafir/ Vitória da Conquista e dos Censos do IBGE. Os resultados apontam que ausência de um grande projeto reduziu a ocupação contínua e manteve a pequena e média propriedade que, em parte, se inseriu no processo de expansão do eucalipto. Considerando que a eucaliptocultura é um fato no Planalto da Conquista em face das condicionantes físicas desfavoráveis a leste do território, a manutenção da pequena propriedade de dará, se mantido o fortalecimento da agricultura familiar que, sob ameaça de novos projetos corre o risco de ser adquiridas pelas grandes empresas e investidores de fora.

Palavras-chave: Geografia agrária, estrutura fundaria, monocultura, Planalto da Conquista, desigualdade espacial.

ELDER DOS SANTOS LIMA

Data da Defesa: 16/05/2012

Banca Examinadora

Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto (Orientadora)

Antenor de Oliveira Aguiar Netto

José Wellington Carvalho Vilar

ORDEM E DESORDEM SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA INFERIOR DO RIO PIAUÍ, EM SERGIPE

A presente Dissertação aborda o universo das bacias hidrográficas como unidade básica de estudos ambientais e tem como área de abrangência os municípios de Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy, integrantes da bacia inferior do rio Piauí, porção costeira ao sul do estado de Sergipe. O objetivo geral foi analisar o processo e formas de uso e ocupação do solo, na busca de revelar ordem e desordens socioambientais. O referencial teórico-metodológico foi delimitado a partir do modelo Geossistêmico de Bertrand que permitiu uma análise articulada entre o ambiente natural e as derivações antropogênicas. Portanto, a integração entre os condicionantes geoambientais se constituiu em análise da ordem espacial, enquanto as desordens foram focalizadas pelos aspectos demográficos, domínio da pecuária, conflitos da carcinicultura, indústria e comércio, evidenciando

os impactos ambientais das atividades socioeconômicas como responsáveis pelo processo da dinâmica ambiental. A guisa de conclusão, a hidrodinâmica pretérita foi fator decisivo na formação da planície costeira e o padrão comportamental das chuvas apresentou bons excedentes hídricos no final do outono e no inverno e moderada deficiência de verão. Os parâmetros, indicadores de poluição por origem orgânica, foram encontrados em níveis impactantes para águas de abastecimento da população. Na evolução da população urbana e rural, constatou-se um crescimento de 10.52 % frente a 0.9 % de crescimento da população rural. A carcinicultura é uma atividade em expansão nos três municípios e vem reduzindo a qualidade das águas dos rios e lagoas pelo aporte de matéria orgânica lançada, ocasionando a eutrofização das águas. No contexto da bacia há preeminência urbana em Estância, assentada no uso da terra, pela grande concentração e por ser um município de economia industrial, com forte demanda do turismo costeiro.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica. Geossistema. Derivações antropogênicas. Degradação ambiental.

GEISEDRIELLY CASTRO DOS SANTOS

Data da Defesa: 18/05/2012

Banca Examinadora

Ana Cláudia da Silva Andrade (Orientadora)

Silvana Moreira Neves

Hélio Mário de Araújo

DINÂMICA DA PAISAGEM COSTEIRA DA COROA DO MEIO E ATALAIA – ARACAJU/SE

O objetivo do presente trabalho foi compreender a dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia em Aracaju-SE. Os procedimentos metodológicos consistiram em: levantamento bibliográfico; mapeamento das unidades de paisagem e da linha de costa, no período de 1955 a 2008; monitoramento da linha de costa através de perfis de praia, no período de 2008 a 2010; cálculo da área das unidades de paisagem; confecção dos mapas temáticos das unidades de paisagem (1955, 1965, 1978, 1984, 2003 e 2008) e evolução da linha de costa (1955/1965; 1965/1978; 1971/1978/1984; 1978/1984; 1984/2003; 2003/2008); levantamento fotográfico das

unidades de paisagem entre 2011 e 2012 e integração dos dados. Foram identificadas no período de 1955 a 2008 as seguintes unidades: Planície de Maré, Praia, Duna/Interduna, Terraço Flúviomarinho e Ocupação Humana. Os resultados obtidos mostraram que as transformações ocorridas na paisagem foram frutos da expansão da Ocupação Humana, que contribuiu para a redução das demais unidades de paisagem. Somente restaram em 2008 as unidades: Planície de Maré, Praia e Ocupação Humana. A análise multitemporal da linha de costa entre 1955 e 2008 revelou que houve progradação na praia de Atalaia e grande variabilidade na praia dos Artistas. A progradação da praia de Atalaia começou a ser identificada a partir de 1984, após a construção de obras de contenção à erosão costeira. Observou-se que a dinâmica extremamente variável da linha de costa não foi influenciada diretamente pela expansão da ocupação, visto que antes de existir ocupação sobre as praias já haviam sido registrados episódios de recuo de linha de costa. Contudo, a expansão da ocupação humana contribuiu para tornar evidentes os episódios erosivos na praia dos Artistas e início da Atalaia. A análise da dinâmica da linha de costa a partir de perfis de praia mostrou que a curto prazo, no período entre 2008 e 2009 o balanço sedimentar foi positivo. Na análise de 2009 a 2010, o comportamento foi de erosão, com balanço sedimentar negativo. Esse estudo comprovou a grande variabilidade da linha de costa das praias dos Artistas e início da Atalaia associada à desembocadura do rio Sergipe. Com a realização da pesquisa concluiu-se que a ocupação humana predominou como agente modelador da paisagem, assumindo dois comportamentos: i – agente transformador, com a sua expansão contribuiu para a rápida redução da área das unidades Duna/Interduna, Planície de Maré e Terraço Flúviomarinho. ii – praticando e sofrendo com suas ações, as variações na linha de costa fizeram com que a ocupação se expandisse, sobre a área progradada, quando a linha de costa recuou a ocupação sofreu com os prejuízos econômicos devido aos episódios erosivos. É necessário que exista fiscalização e medidas para conter o avanço da ocupação em ambientes naturalmente sensíveis e vulneráveis à processos erosivos, como é o caso da área de estudo. Esse trabalho serve como subsídio à elaboração de medidas para o manejo dos remanescentes das unidades de paisagem na Coroa do Meio e Atalaia e para outros lugares com características similares.

Palavras-chave: unidades de paisagem, linha de costa, ocupação humana.

LUANA SANTOS OLIVEIRA



Data da Defesa: 18/05/2012

Banca Examinadora

Ana Cláudia da Silva Andrade (Orientadora)

Silvana Moreira Neves

José Wellington Carvalho Vilar

A EVOLUÇÃO DA PAISAGEM COSTEIRA DA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU/SE

A paisagem costeira da Zona de Expansão de Aracaju distingue-se pela complexidade de suas características genéticas e pela interferência antrópica na sua dinâmica. Assim, o presente estudo, o qual se baseou na categoria analítica paisagem, teve por objetivo analisar a evolução dos estruturantes físicos e antrópicos da Zona de Expansão de Aracaju/SE a longo, médio e curto prazos, a partir da determinação: dos vetores e eixos estruturantes da ocupação; dos estudos evolutivos das Unidades de Paisagem e; do posicionamento da linha de costa e da ocupação antrópica. Foram estabelecidos como vetores de ocupação da Zona de Expansão: a ação estatal, a ação imobiliária, as segundas residências e o turismo; já os eixos estruturantes foram definidos como as infraestruturas postas para a área investigada que viabilizaram a sua ocupação, a exemplo da rodovia dos Náufragos, da rodovia José Sarney, da ponte Joel Silveira, assim como, a instalação de estruturas básicas destinadas à ocupação e ao turismo. A ação dos vetores de ocupação materializou-se na paisagem, em que foi verificado o aumento de áreas ocupadas e parcialmente ocupadas sobre as Unidades de Paisagem Natural, principalmente após a década de 80. Apesar do crescente aumento da Unidade de Intervenção Antrópica, as Unidades de Paisagem Natural, ainda preponderam na paisagem. No que se refere ao estudo evolutivo da linha de costa, os resultados obtidos evidenciam que a maior parte da linha de costa da área investigada apresentou-se estável nos últimos 40 anos de análise, com pequenas variações decorrentes da erosão ou progradação. A exceção desta tendência foi verificada na linha de costa do setor sul, nas adjacências da desembocadura do rio Vaza-Barris, em que se constatou alta variabilidade em função da dinâmica do delta de maré-vazante. Destaca-se ainda a formação de um pontal arenoso na margem esquerda do rio Vaza-Barris, que influenciou na configuração da linha de costa e da paisagem desta área. Com base no nível de ocupação nas proximidades da linha de costa, evidenciou-se que poucas áreas apresentam riscos à ocupação, fator que não exclui a presença de risco em potencial em grande parte da frente litorânea em função do aumento populacional nas proximidades da linha de costa.

Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, enfatiza-se a importância do ordenamento e planejamento da ocupação sobre as Unidades de Paisagem Natural e nas proximidades da linha de costa, a fim de evitar problemas urbano-ambientais.

Palavras-chave: Unidades de Paisagem, Linha de Costa, Ocupação Antrópica.

MARÍLIA MATOS BEZERRA LEMOS SILVA

Data da Defesa: 22/05/2012

Banca Examinadora

José Antônio Pacheco de Almeida (Orientadora)

Amélia Maria Ribeiro de Jesus

Neise Mare de Souza Alves

**GEOGRAFIA E SAÚDE: ANÁLISE ESPACIAL DA OCORRÊNCIA DA
ESQUISTOSSOMOSE NA ÁREA DE RIZICULTURA DO MUNICÍPIO DA ILHA DAS
FLORES-SE/BR**

A esquistossomose é uma doença milenar e se constitui em um problema mundial de Saúde Pública. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2009) estima-se haver 235 milhões de casos de esquistossomose, com 732 milhões de pessoas em risco de infecção em áreas de transmissão conhecida em todo o mundo. No Brasil, a doença é encontrada, principalmente, na região nordeste e no estado de Minas Gerais. De acordo com dados do Ministério da Saúde – MS (2009), o estado de Sergipe apresenta uma das maiores prevalência e incidência da doença na Federação. Sendo detectadas áreas de altíssima endemicidade, á exemplo do município de Ilha das Flores, objeto de estudo desta dissertação, o qual apresentou cerca de 46,5% de infectados da população analisada no ano de 2007. Sabe-se que a área em estudo destaca-se como grande produtora de arroz irrigado no Nordeste. Sendo esta atividade de grande expressão econômica e de amplo valor estratégico para o município. Entretanto, devemos considerar que as áreas de irrigação são mundialmente reconhecidas como importantes focos de transmissão da esquistossomose, pois, estas apresentam condições propícias à criação dos moluscos e de proliferação do *S. mansoni*. Partindo desta hipótese, o estudo objetiva analisar o dinamismo espacial dos fatores que, somados a este,

potencializam para tornar o referido município endêmico. Visando a alcançar o objetivo proposto, inicialmente, identificou-se a prevalência da doença no município através de inquérito epidemiológico com 500 munícipes no período de 2009 á 2010. Em seguida, a partir do diagnóstico dos condicionantes ambientais, socioeconômicos e culturais, por intermédio de trabalhos de campo, de análises geoestatísticas e espaciais, e da confecção dos mapas temáticos, obteve-se a vulnerabilidade a ocorrência da doença. Dos 500 indivíduos que fizeram parte deste estudo, 120 foram positivos para esquistossomose, o que corresponde a 24% do universo amostral. Apartir dos indivíduos positivos, o modelo multinominal de análise espacial, estimador de densidade Kernel, especializou as áreas mais vulneráveis a ocorrência da doença, sendo pontuadas áreas em que a qualidade de vida é precária. Ao sobrepor os resultados da geologia, pedologia e geomorfologia à caracterização de uso da terra, notou-se que a incidência da doença dar-se na zona da planície fluviolagunar, área predominantemente agrícola e onde se localizam as áreas urbanas do município. Sendo possível associar a ocorrência da doença no município ao trabalho na lavoura irrigada, e a existência de características ecológicas favoráveis à proliferação dos caramujos (hospedeiros intermediários do *s. mansoni*). As análises geoestatísticas ratificaram as informações supracitadas ao estabelecerem padrões que identificaram populações mais suscetíveis à infecção. Detectamos associações entre *S. mansoni* e: ser do sexo masculino, 65,2% dos positivos, ter baixo nível de escolaridade, ter baixa renda, ter qualquer nível de contato com fontes naturais de água, tempo de contato com fontes naturais de água, ser agricultor e/ou ser pescador. Concluindo-se que a população do município de Ilha das Flores-SE esta extremamente vulnerável a ocorrência da esquistossomose e necessita da atenção do poder público para reverter esse triste quadro, numa tentativa de abrandar a consternação desta população.

Palavras-chave: Geografia e Saúde; Esquistossomose; Geoprocessamento.

JOÃO FERREIRA GOMES NETO

Data da Defesa: 04/06/2012

Banca Examinadora

Marco Antonio Mitidiero Junior (Orientador)

Antônio Thomaz Junior

Alexandrina Luz Conceição



O QUE HÁ POR TRÁS DA CORTINA DE FUMAÇA? UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL E SILVICULTURA DO EUCALIPTO NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO SALES - BA

O objetivo central da pesquisa é analisar as relações (re)produzidas pelo capital no processo de apropriação do trabalho e da natureza nas carvoarias do município de Cândido Sales, no estado da Bahia. A fim de dar conta da dinâmica produtiva que constrói a realidade do negócio de carvão vegetal, o método materialista-histórico-dialético é o pressuposto teórico-metodológico e político assumido no desenvolvimento do estudo. A exploração indiscriminada da natureza e a superexploração do trabalho nas carvoarias são o reflexo objetivo da redução a valores de troca da relação sociedade-natureza subjugada aos (des)mandos do capital. Em virtude da decrescente oferta de madeira proveniente da Mata Atlântica no município, o projeto governamental de “reflorestamento” denominado Programa Florestas para o Futuro é implementado sob o discurso da sustentabilidade do desenvolvimento, entretanto representa a manutenção do abastecimento das siderúrgicas, redes de churrascarias e supermercados do Sudeste do Brasil, compradoras do carvão clandestino produzido em Cândido Sales. Em última análise, é a estratégia capitalista de (re)produção do território para a apropriação da natureza e do trabalho concreto, oxigenando o fogo e a fumaça que queimam as florestas e a esperança da classe trabalhadora nas carvoarias.

Palavras-chave: Capital. Carvão. Desenvolvimento Sustentável. Trabalho. Natureza.

LUANNA LOUYSE MARTINS RODRIGUES

Data da Defesa: 06/06/2012

Banca Examinadora

Marco Antonio Mitidiero Junior (Orientador)

Emília de Rodat Fernandes Moreira

Eraldo da Silva Ramos Filho

DISPUTAS TERRITORIAIS E JUSTIÇA: UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA NO CAMPO PARAIBANO



O presente trabalho centra sua atenção nas disputas territoriais que vêm sendo travadas no campo paraibano, grifando a violência cometida contra os camponeses nos conflitos, bem como o posicionamento dos representantes do Poder Judicial do Estado frente aos inúmeros casos de ações criminosas cometidas no campo. Partiremos da análise de dois conflitos desencadeados na Mesorregião do Agreste paraibano: o conflito na Fazenda Quirino, localizada no município de Juarez Távora-PB, e o conflito da Fazenda Tanques, situada no município de Itabaiana-PB. Ambos resultaram em demandas judiciais, tanto nos processos desapropriatórios quanto pela violência cometida contra os camponeses ao longo do processo de luta. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o posicionamento dos representantes do Poder Judiciário e das demais instituições que compõem o Sistema de Justiça (Polícia Judiciária e Ministério Público) frente às demandas judiciais resultantes dos conflitos. Para a consecução do trabalho, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica; b) levantamento e análise de dados secundários e fontes documentais; c) trabalho de campo. Se, por definição, o Poder Judiciário não possui uma função de protagonista na gestão dos conflitos agrários, função que cabe ao Poder Executivo, na implementação da política de reforma agrária, os processos de judicialização/judiciarização da questão agrária ampliam e intensificam o intervencionismo do judiciário nas questões da terra. O conservadorismo predominante entre os magistrados faz com que se mantenha incólume o direito de propriedade, mesmo em casos de descumprimento da função social da terra (Art. 186 da CF 1988). Igualmente, a violência que marca grande parte das disputas territoriais no campo amplia o entrelaçamento entre questão agrária e questão jurídica, visto que os camponeses têm reivindicado a intervenção estatal frente aos crimes sofridos por eles. Milícias privadas patrocinadas por grandes proprietários de terra atuam no campo paraibano cometendo assassinatos, agressões, torturas, entre outros crimes, para frear a organização camponesa. Tais crimes transformam as disputas territoriais/judiciais em processos criminais e desvelam uma postura criminosa de parte do Judiciário, que, por um lado, persegue e criminaliza os camponeses em luta e, por outro, que confere proteção e impunidade aos mandantes e executores da violência no campo. As disputas nas fazendas Tanques e Quirino constituem casos emblemáticos de violência no campo paraibano e fornecem ricas fontes para a análise da relação entre questão agrária e questão jurídica. Em ambos os casos, ao recorrer às autoridades públicas para que as instituições competentes tomassem providências diante da violência sofrida por eles, os camponeses depararam-

se com o descaso e, pior, com a participação de representantes do Estado nos crimes cometidos contra eles; contradição esta que buscamos evidenciar nesta pesquisa.

Palavras-chave: Disputa Territorial; Violência; Poder Judiciário; Questão agrária.